



FACULDADE DE LETRAS · U.P.

GUIA DO ESTUDANTE
1995 / 96

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto



GUIA DO ESTUDANTE
XVI

Ramo Educacional

CONSELHO DIRECTIVO
1995

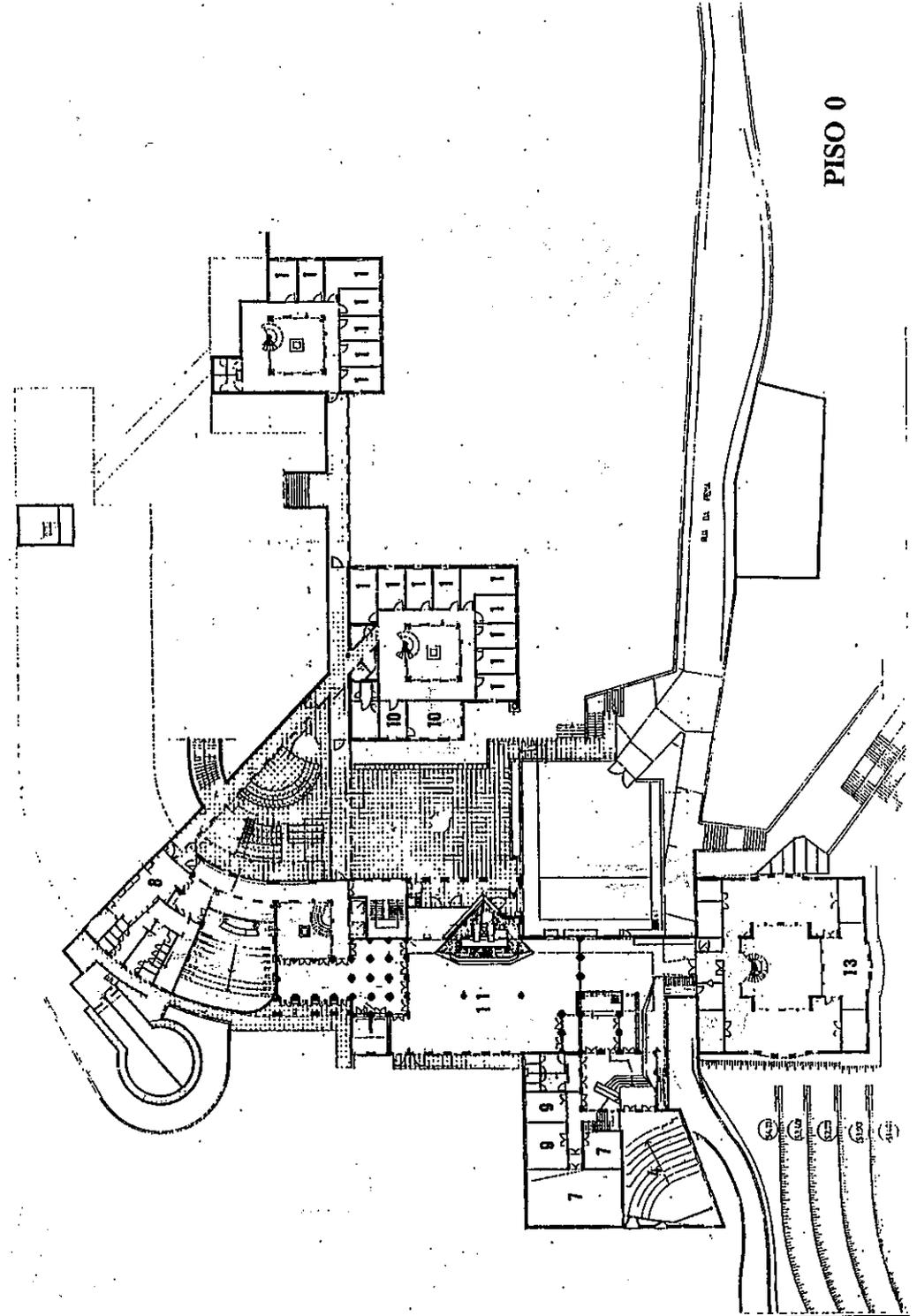
Guia do Estudante da FLUP.RAMEDUC.
Vol.16, 1995-96
Publicação Anual

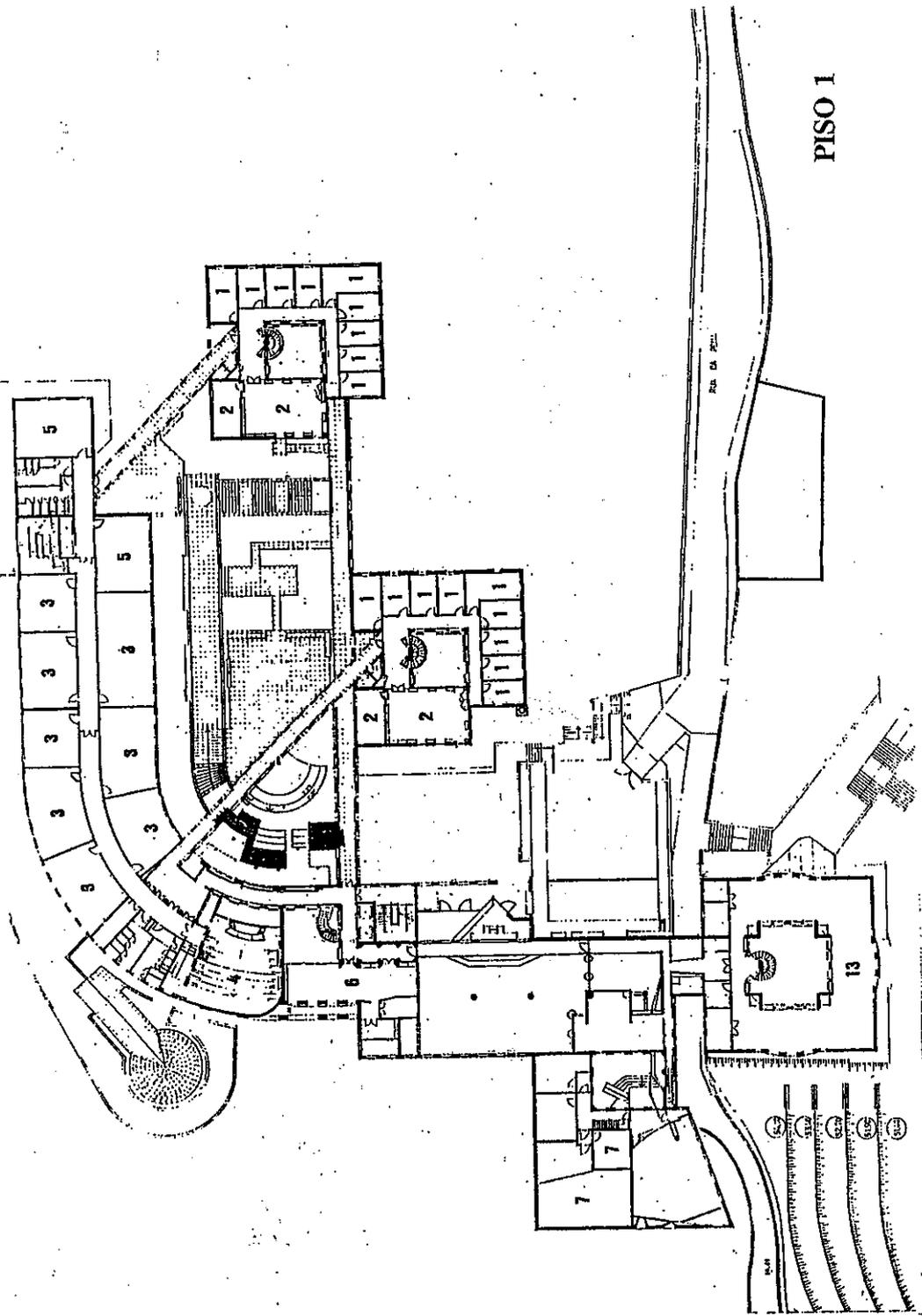
Dactilografia: Margarida Santos
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: 80 exemplares

LEGENDA

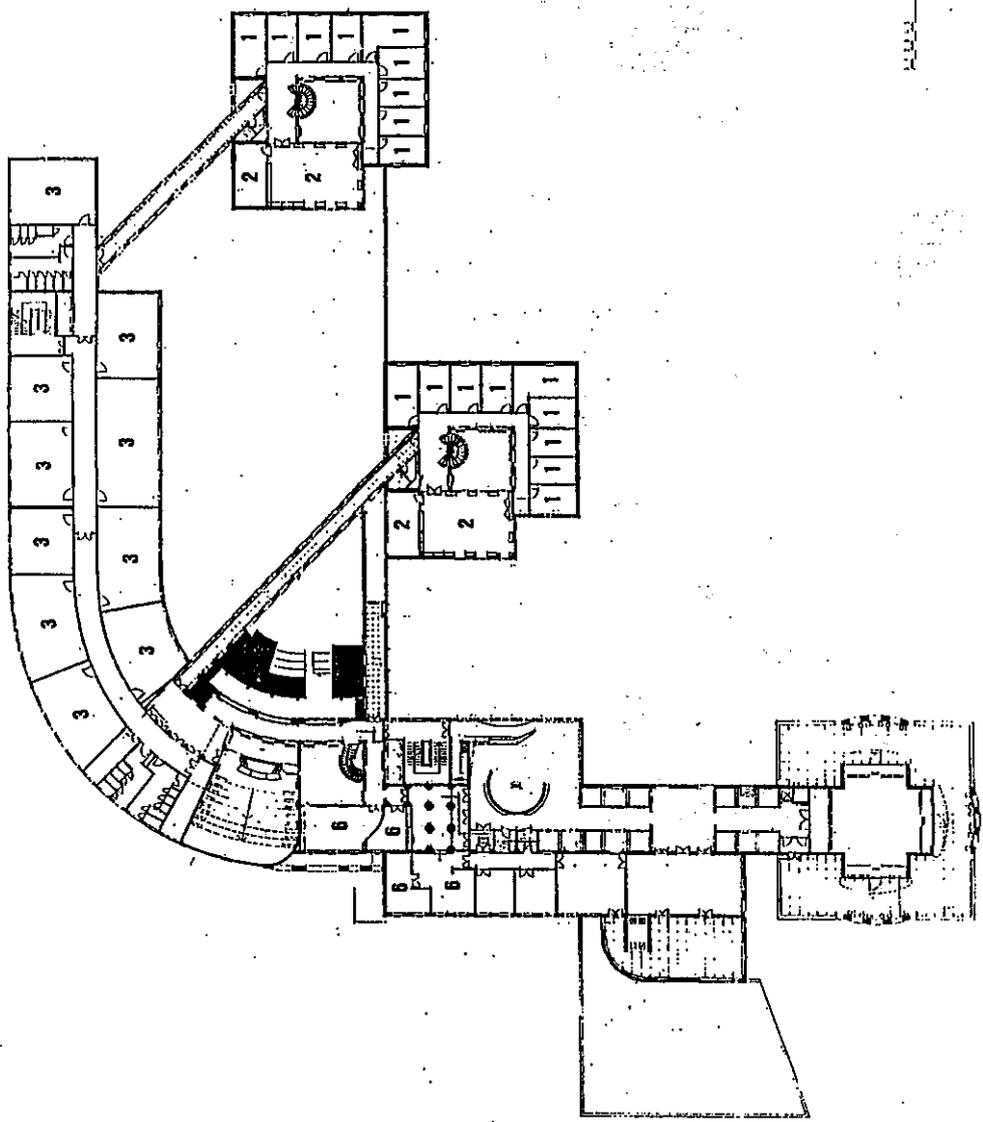
1. Gabinetes dos Professores
2. Institutos
3. Salas de Aula
4. Anfiteatros
5. Associação de Estudantes
6. Serviços Administrativos
7. Audiovisuais
8. Livraria
9. Sala de Computadores
10. Sala de Tradução
11. Bar
12. Laboratórios/Áreas de Investigação
13. Biblioteca

PISO 0

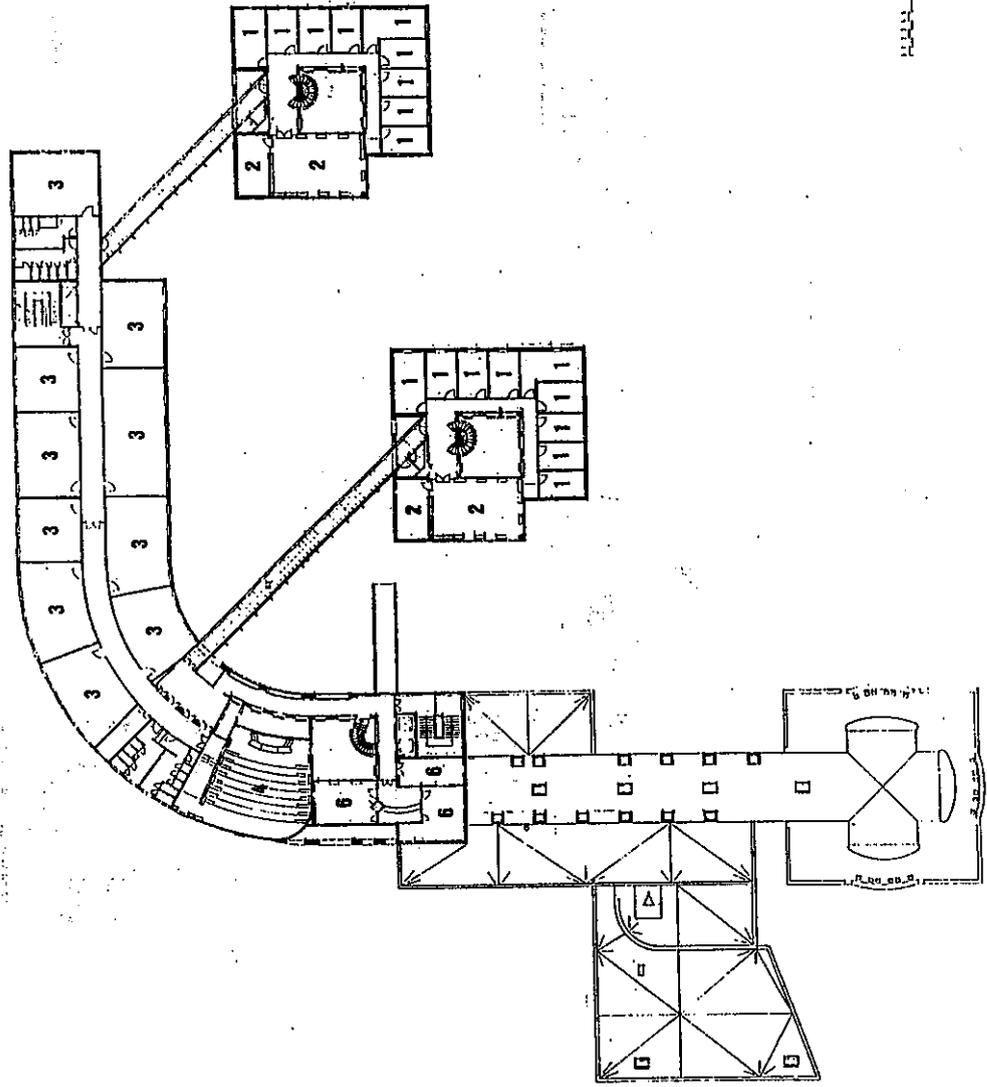




PISO 1

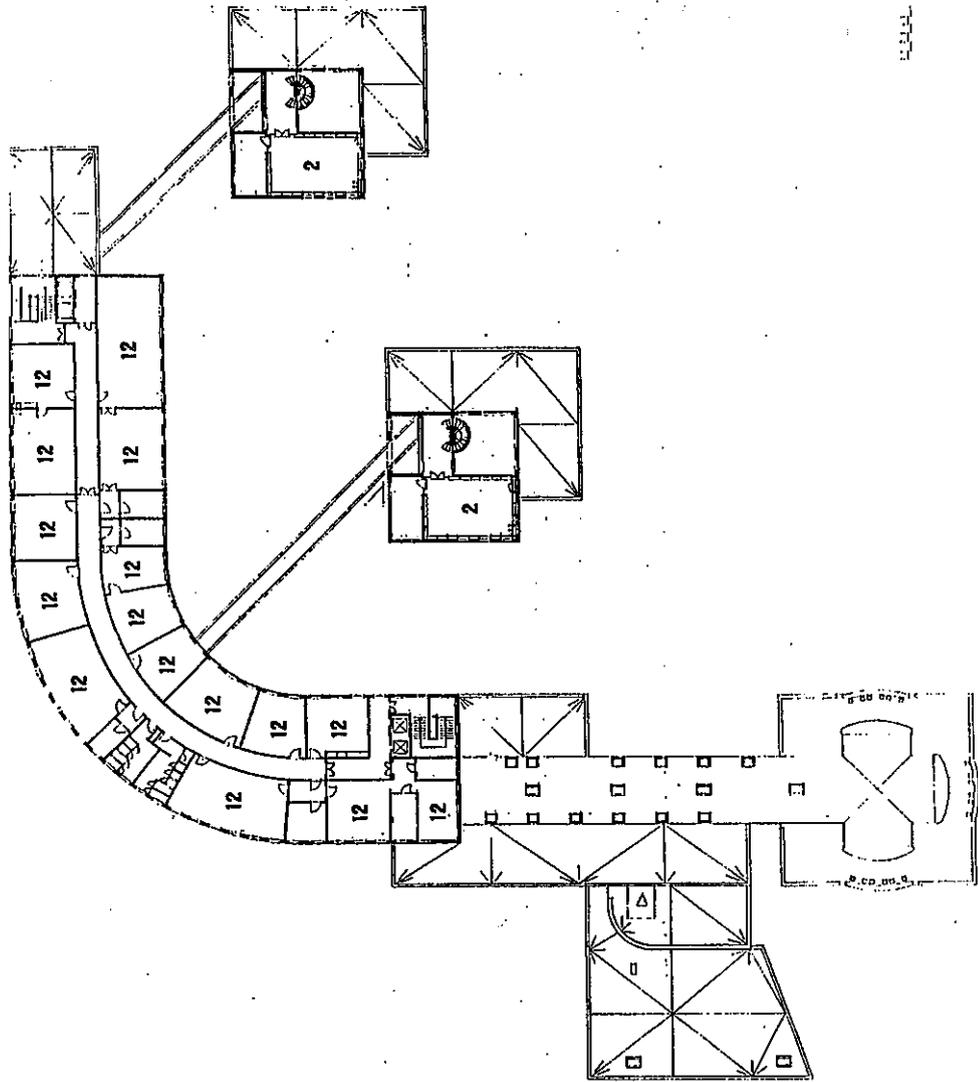


PISO 2



PISO 3

1:1000



PISO 4

1:1000

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto é hoje um dos maiores organismos de ensino superior do país. É também uma instituição prestigiada pela sua produção científica e cultural, e pelos serviços especializados que presta ao meio, para além da sua óbvia e primária missão de ministrar um leque de diversificados cursos, tanto de licenciatura como de pós-graduação.

Aos desafios decorrentes de encabeçar uma Escola tão complexa, acrescenta-se ao Conselho Directivo, no ano lectivo de 1995-96 que em breve se inicia, um novo e importante repto. Vamos finalmente mudar para um edifício definitivo, que se espera que potencie todas as virtualidades da nossa comunidade académica, constituída por professores, discentes e funcionários. Estamos certos de que, com a colaboração harmoniosa de todos, vamos vencer mais este desafio, provando na prática a "cultura de Escola" que se impõe sempre aprofundar, e que será um motivo acrescido de orgulho de pertencermos à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. De facto, esperamos que a mudança para o novo edifício corresponda também a uma transformação no sentido de um mais desanuviado clima de diálogo entre todos, única forma de ultrapassar as dificuldades que sempre ocorrem à medida que a realidade se complexifica. Mas essa complexificação pode ser também um importante estímulo, motor de enriquecimento mútuo.

Para ajudar o aluno a "navegar" nesta rede complicada que é a Faculdade e, especificamente, o curso que cada um frequenta, e cumprindo uma tradição que vem do ano lectivo de 1980/81, o Conselho Directivo publica agora a 16ª edição do "Guia do Estudante". Aos professores e funcionários que diligentemente o prepararam presta a sua homenagem; aos alunos que dele se vão servir como instrumento de trabalho deseja as melhores felicidades no seu estudo e na sua vivência universitária.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1995

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 14H00 - 16H30
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- d) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.

2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.

3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.

4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.

5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.

6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses

" de Estudos Norte Americanos

" de Estudos Germanísticos

" de Geografia

" de Cultura Portuguesa

" de Arqueologia

" de Documentação Histórica Medieval

" de Filosofia e História da Filosofia

" de História de Arte

" de Língua Portuguesa

" de Literatura Comparada

" de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa

" de Sociologia

" de Ciências da Educação

" de Estudos Franceses

Sala Brasileira

" Espanhola

" Neerlandesa

" de História Moderna

" de História Medieval

Centro de História

" de Linguística

" de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00
Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:
2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00
Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História

História (Variante Arte)

História (Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º, 4º e 5º anos).

b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados:

História Medieval

História Moderna

História Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

História da Cultura Portuguesa (Época Moderna)

Filosofia do Conhecimento

Filosofia Medieval

Filosofia da Educação

Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas

Estudos Anglo-Americanos
Linguística Portuguesa Descritiva
Geografia
Sociologia

- b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"
c) Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

E - Cursos de Formação Contínua de Professores.

F - Actividades de extensão cultural - O Ciclo de Conferências promovidas pelo Conselho Directivo no ano lectivo anterior, terá continuidade no presente ano lectivo. Foi já publicado o texto da 1ª Conferência, proferida em 31 de Março de 1993: SOVERAL, Eduardo Abranches de, Meditação Heideggeriana, Conferências da FLUP, Ed. do Conselho Directivo, 1993

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

- a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.
- b) Serão candidatos à admissão nestes cursos, os alunos inscritos no 2º ano, que reunam as condições de transição para o 3º ano do respectivo curso.
- c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.
2. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
3. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 4/Julho/94)

*** pede-se atenção para alterações pontuais a estas Normas**

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1994-1995.

Estas normas pretendem corresponder a uma renovação das normas até agora vigentes.

Embora a muitos pareça necessária uma remodelação profunda destas normas, o Conselho Pedagógico optou por uma reformulação que mantivesse a estrutura global do método de avaliação, uma vez que o projecto de reestruturação dos cursos ainda não entrou em funcionamento. Todavia, pareceu-nos urgente simplificar e clarificar as normas de avaliação, já que elas, com os sucessivos ajustamentos que têm sofrido, se têm revelado demasiado complexas, com uma formulação confusa, repetitiva e, por vezes, contraditória.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. Nos termos do artigo 18º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação, prevalecendo, dentro de cada uma dessas formas de avaliação, as normas respectivas.

3. Poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo obrigatórios, definidos nos termos dos artigos 2º, 16º, 17º e 18º.

Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando:

- a) objectivos pedagógico-didácticos;
- b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, esta poderá ser combinada com outras modalidades;
- c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;
- d) os índices e critérios de ponderação de cada uma das componentes de avaliação (testes, trabalhos de investigação, trabalhos de campo, participação nas aulas teóricas e práticas).
- e) o número e o tipo de testes mínimo para as disciplinas em modalidade de avaliação contínua.

2. O estipulado no ponto 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente no livro de sumários, até ao fim do primeiro mês de aulas.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a) número de alunos;
- b) número de docentes;
- c) natureza da disciplina e conteúdos a leccionar.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua terá um número de provas mínimo a definir pelo docente no início do ano lectivo e em correlação directa com as matérias a leccionar. Estas devem ser distribuídas regularmente, consistindo na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos ou orais, etc.

2. Uma das provas tem que ser obrigatoriamente um teste escrito.

3. Os alunos devem ser informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação nas aulas, e sobre os critérios de ponderação adoptados.

4. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada apenas em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.

2. O quantitativo referido no ponto anterior poderá, eventualmente, ser alterado, após autorização do Conselho Pedagógico, e mediante justificação do docente.

3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno, no mínimo, em 75 % das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

Artº 6 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, até quinze dias antes da realização do primeiro teste de avaliação periódica. Os alunos que desistirem da avaliação contínua só poderão submeter-se à avaliação final.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao docente.

Artº 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo, no entanto, direito a realizar exame final na época de recurso e nas condições fixadas pelo artigo 13º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 8 - Tipos de provas

1. O número mínimo de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente um teste efectuado na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho elaborado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo para além das duas provas de avaliação periódica, os referidos trabalhos deverão obrigatoriamente regular-se pelo disposto no artigo 18º.

3. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

Artº 9 - Repescagem

1. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

2. Os alunos que não estejam na situação referida no ponto 1, ou que tenham faltado a uma das provas, têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realização simultaneamente com o exame final da época normal.

3. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser igual ou superior a 9,5 para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

Artº 10 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Os alunos que não compareçam a uma das provas, mas queiram optar ou manter-se nesta modalidade de avaliação, devem entregar ao responsável da cadeira uma declaração datada e assinada, até cinco dias úteis após o reinício das aulas, para o caso da primeira prova. Para a segunda prova, o prazo é de cinco dias após a realização da mesma.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto no ponto 2 optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que compareça a duas provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 13º.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação média negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final

na época de recurso nas condições fixadas pela lei gera e conforme os artigos 13º e 15º das actuais normas.

Artº 12 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8º, 9º e 10º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são, no mínimo duas e precedem a prova oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 2 dias úteis após a afixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20º.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 15º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma, obrigatória, com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, nunca podendo ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para que os alunos se considerem aprovados nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 13 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Nos exames finais, épocas de recurso e especial, há apenas uma chamada por cada disciplina.

3. Nas disciplinas com prova prática obrigatória no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º e do artigo 18º.

4. Os alunos podem realizar exames na época de Setembro a todas as disciplinas a cujas provas faltaram ou de que desistiram em regime de avaliação contínua ou periódica.

5. Para os alunos que realizem recurso de qualquer modalidade de avaliação em Setembro, existe um limite de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

6. Na época especial (Dezembro), os alunos podem fazer exame final a um máximo de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais, desde que estas sejam suficientes para a obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos, com excepção do de Sociologia, podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou contínua na época normal, sem limite de número de disciplinas.

8. O recurso referido no ponto 7 não pode ser repetido na época de Setembro.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação a qualquer disciplina, sem restrição numérica, mas uma só vez. Esta melhoria tem que ser realizada até à época de recurso (inclusivé) do ano lectivo seguinte.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que tem lugar o novo exame e de prestar provas com o docente (ou docentes) que ministra(m) os referidos programas.

3. Na melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas abertas ao público, perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 2 dias úteis após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de 7,5 valores, excepto no caso das disciplinas de línguas vivas em que a nota mínima é de 9 valores.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a 10 valores ficam dispensados da prova oral (excepto no caso das línguas vivas) sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 2 dias úteis após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

6. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina, que não as línguas vivas, sob proposta do responsável pela disciplina, por decisão do Conselho Pedagógico e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO, SEMINÁRIOS E COMBINAÇÃO DE MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação aquele em que haja pesquisa bibliográfica, documental ou de campo, original e individualizada, cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos, previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da elaboração do trabalho; o docente deve acompanhar de perto essa elaboração.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas, nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação os alunos ficam obrigados a participar num número determinado de reuniões definido no início do seminário.

3. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação, sem prejuízo de outras provas a realizar.

4. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem nonmas estipuladas no artigo 16º.

5. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

6. Os seminários do Ramo Educacional, dada a sua especificidade, não podem ser repetidos para efeito de melhoria de nota.

Artº 18 - Combinação de modalidades de avaliação (Cursos de Geografia e de Sociologia)

1. Uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente aos conteúdos teóricos; avaliação contínua relativamente aos conteúdos práticos.

2. Para que os alunos se considerem aprovados é obrigatória uma nota mínima de 9,5 a cada uma das componentes.

3. No caso de avaliação inferior a 9,5 numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

4. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve ser claramente explicitada nos termos do artigo 2º, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

5. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, teórica e prática.

6. Os alunos que optem pela combinação de modalidades de avaliação ficam obrigados ao regime de presenças próprio da avaliação contínua apenas em relação às aulas práticas.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final, bem como esta última, têm de ser publicadas sob a forma de nota qualitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações finais são apresentadas em números inteiros, sendo as décimas arredondadas à unidade, por defeito até ao meio valor, e por excesso a partir do meio valor.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias úteis após a realização da mesma.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, até 2 dias úteis antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, até 2 dias úteis antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizam.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 2 dias úteis do início das inscrições no ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm o direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificados, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável, o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude, deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada, o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas devem exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças, devidamente datada e rubricada pelo docente que recolher as assinaturas dos alunos.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmo ano. O prazo é de 2 dias úteis depois de afixado o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico poderá delegar num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

I - DISPOSIÇÕES FINAIS

O Conselho Pedagógico reserva-se o direito de tomar as providências que entender necessárias a fim de resolver eventuais irregularidades no processo de avaliação.

PUBLICAÇÕES

I - REVISTAS

Revista da Faculdade de Letras - Séries de:

História, I série: 1971-1974; II série: 1984 ss.

Filosofia, I série: 1970-1973; II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Sociologia, 1991 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss.

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss

Revista de História (INIC/Centro de História da Univ. do Porto), 1978 ss

Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso (Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto - Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1994ss.

II - ANEXOS da Série de «LÍNGUAS E LITERATURAS»:

Problemáticas em História Cultural (Actas do Colóquio de Outubro, 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão (Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - *Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana. Edição das suas Fontes*, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII (Actas do Colóquio de Maio, 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo V", 1993

Verbo e Estruturas Frásicas. Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica (Lipsia, 22-25 de Novembro de 1993), «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», «Anexo VI», Porto, 1994

Historiografia Gramatical (1500-1920). Língua Portuguesa - Autores Portugueses, Compilação e Organização de Simão Cardoso, «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», «Anexo VII», Porto, 1994

III - Coleção «CONFERÊNCIAS DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO»

Edição do CONSELHO DIRECTIVO:

Eduardo Abranches de Soveral - *Meditação Heideggeriana*, Porto, 1993
José Adriano de Freitas Carvalho - *A Herança do Sebastianismo* (A

publicar)

António Teixeira Fernandes - *A crise do Estado nas sociedades contemporâneas*, Porto, 1993

Luís António de Oliveira Ramos - *As Universidades em tempo de cooperação*, Porto, 1994

Rosa Fernanda Moreira da Silva - *A formação profissional na FLUP a curto e médio prazo. Uma interpretação geográfica*, conferência publicada com o título: *Faculdade de Letras do Porto (1980-1994). Seu enquadramento nacional e regional*, Porto, 1994

Humberto Baquero Moreno - *Os Mudéjares no Portugal medievo*, Porto, 1994

Arnaldo Baptista Saraiva - *Um franco atirador contra a Universidade pós-pombalina ou a visão séria e jocosa de «O Reino da Estupidez»* (A publicar)

Oscar Lopes - *A crítica do liberalismo por Oliveira Martins*, Porto, 1995 (A publicar)

IV - TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

Com o INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (INIC):

ARAÚJO, Luís Carlos Gomes de - *A Ética como Pensar Fundamental. Elementos para uma Problemática da Moralidade*, "Estudos Gerais. Série Universitária", Lisboa, IN-CM, 1992

BRITO, Ana Maria Barros de - *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, Mecanismos Interpretativos e Condições sobre a Distribuição dos Morfemas Relativos*, "Linguística - 17", Porto, INIC/Centro de Linguística (U.P.), 1991

CARVALHO, José Adriano Moreira de Freitas - *Gertrudes de Hefta e Espanha*, "Literatura - 5", Porto, INIC/Centro de Literatura (UP), 1981

FERNANDES, José Alberto V. Rio - *A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, Porto, INIC/FLUP, 1985

FONSECA, Luís Alberto Adão da - *O Condestável D. Pedro de Portugal*, "História - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1230-1433)*, "História Medieval - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

MARQUES, Helder - *Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana*, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, "História - 6", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1986

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668*, 2 vols., "História Moderna e Contemporânea - 2", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1988

MARTINS, Luís Paulo Saldanha - *Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal. Dimensão Populacional e do Comércio a Retalho*, Porto, INIC/FLUP, 1985

PINA, Maria Helena Mesquita - *Bertiandos. Actual Arranjo do Espaço Agrário*, Porto, INIC/FLUP, 1985.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar*, "Linguística - 8", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1988

SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos séculos do Século XVIII*, "Textos de História - 3", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1980

SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal*, "Textos de História - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, "História Medieval - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

VILELA, Mário Augusto Quinteiro - *O Léxico da Simpatia Humana e Social. Estudo sobre o Campo Lexical da Determinação Substantiva de Simpatia Humana e Social (1850-1900)*, "Linguística - 1", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1980

Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

REVISTA:

Intercâmbio, 1990 ss

OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - *Nas Origens do Teatro Francês em Portugal*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

V - PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU APOIADOS PELA FLUP: Ver no final do «Guia»

VI - OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE:

CONSELHO DIRECTIVO

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss

Faculdade de Letras. 1988-1989, Porto, 1989; 2ª ed., 1994

Dissertações Académicas, Porto, 1991

Conferências da Faculdade de Letras do Porto, Porto 1993 ss

BIBLIOTECA CENTRAL:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss. (A partir do vol. 13, nº 2, Jul./Dez 1991 editado também em suporte informático)

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989; 1992 (Edição também em suporte informático)

Publicações de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989; 1994 (Ed. em suporte informático)

Núcleo das Obras que Constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990

Catálogo do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1992

Catálogo da Sala Brasileira «Adolfo Casais Monteiro», Porto, 1993

Catálogo do Instituto de Arqueologia, Porto, 1993

Catálogo do Instituto de Geografia, Porto, (Ed. em suporte informático)

Bibliografias Temáticas

Boletim de Sumários

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990; 3ª ed., 1992; 4ª ed., 1994 (Ed. em suporte informático)

Dissertações Académicas, Porto, 1992; 1994 (Ed. em suporte informático)

Actas das 4ª Jornadas PORBASE, Porto, Biblioteca Central da FLUP, 1991

VII - PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco*, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest (CENPA, Bordéus, Março de 1988), Paris, CNRS, 1991

VIII - PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

REVISTAS:

Humanidades, 1982 ss.

Ícone. Revista de Colaboração Artística, I, 1-2, 1990

Letras Soltas. Jornal da AEFLUP, 2, Nov.-Dez., 1992

Incubó. Jornal da AEFLUP, 1993

BIBLIOGRAFIA MAIS IMPORTANTE SOBRE A F.L.U.P.:

CRUZ, António - *As Bodas de Prata da Restauração da Faculdade de Letras*, «O Tripeiro», Série nova, Porto, IV, 11-12 Nov.-Dez., 1985, pp. 323-331

DIONÍSIO, Sant'Anna - *A Quinta Amarela*, «O Primeiro de Janeiro», Porto, 12.3.1958

DIONÍSIO, Sant'Anna - *Nascença da Decantada Faculdade de Filosofia e Filologia do Porto*, «O Primeiro de Janeiro», Porto, 1.12.1980

EIRAS, Adriano - *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989 (Em colaboração com a Faculdade de Letras do Porto)

HOMEM, Armando Luís Gomes de Carvalho - *Os 25 Anos da Faculdade de Letras: Passado e Presente*, «Revista da Faculdade de Letras - História», IV, Porto, 1987, pp. 293-307

HOMEM, Armando Luís Gomes de Carvalho - *A História que nos fez e a História que se faz da Primeira à Segunda Fase da Faculdade de Letras do Porto*, Congresso «O Porto na Época Contemporânea» (Ateneu Comercial do Porto, Outubro de 1989)

HURST, N.R. - *O Ensino e o Estudo do Inglês na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (F.L.U.P.)*, «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», VII, Porto, 1990, pp. 237-245

HURST, N.R. - *Some Implications of Innovation in the Arts Faculty of Porto University*. «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», X, Porto, 1993, pp. 199-202

PINA, Luís de - *Faculdade de Letras do Porto (Breve História)*, «Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto», I, Porto, 1966, pp. 59-172

RAMOS, Luís António de Oliveira - *Notas sobre a Origem e Estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto*, «Boletim Cultural», Porto, Câmara Municipal do Porto, 1983, pp. 245-260 (Reeditado in *Sob o Signo das Luzes*, Lisboa, IN/CM, 1988, «Leonardo Coimbra e a Criação da Faculdade de Letras do Porto», pp. 201-221)

SÁ, Victor de - *Notas sobre o Ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto*, «Revista da Faculdade de Letras - História», III, Porto, 1986, pp. 199-209

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da - *Faculdade de Letras do Porto (1980-1994). Seu Enquadramento Nacional e Regional*, «Conferências da Faculdade de Letras do Porto - V», Porto, Edição do Conselho Directivo, 1994

TORRE, Manuel Gomes da - Dr. Luís Cardim. Dos Liceus para a Antiga Faculdade de Letras do Porto, «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», IV, Porto, 1987, pp. 279-300

TORRE, Manuel Gomes da - Papel da Faculdade de Letras do Porto na Formação de Professores de Línguas Vivas Estrangeiras. «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», VI, Porto, 1989, pp. 135-150

PROGRAMA

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho

Dr^a Eugénia Vilela

Dr^a Paula Cristina Pereira

Dr^a Maria João Couto

1. Problemática histórica e sociológica

1.1. A educação como um direito social e humano.

1.2. A institucionalização escolar da educação.

1.2.1. Algumas teses sobre o estatuto da escola

1.3. A relação Escola/Cultura/Sociedade: as principais perspectivas da Sociologia da Educação.

1.3.1. O papel da cultura escolar.

1.4. Génese e desenvolvimento dos modelos educativos e escolares:

1.4.1. Matrizes culturais da educação contemporânea.

1.4.2. Evolução do estatuto da função docente e a emergência de um saber educacional específico.

2. Problemática pedagógica

2.1. Alguns quadros de classificação das correntes pedagógicas.

2.2. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

2.3. A antinomia directividade/ não directividade e as tentativas contemporâneas para a sua superação.

2.4. Características e significado da(s) pedagogia(s) do projecto.

2.5. A formação de professores: o desafio da formação-investigação.

3. Problemática epistemológica

3.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

3.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

3.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

3.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

3.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.
- CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.
- "- A educação como projecto antropológico, Porto, Afrontamento, 1993
- "- Utopia e Educação, Porto Editora, 1994
- CARVALHO, A. (org.) - A construção do projecto de escola, Porto, Porto Editora, 1993
- CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboco de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.
- DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.
- FORQUIN, J.C. - École et Culture, Bruxelas, Ed. de Bocck--Wesmaes, 1989
- MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.
- NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?, Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.
- NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.
- NOT, L. - Les pédagogies de la connaissance, Toulouse, privat, 1979
- RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.
- SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Docentes: Prof. Doutor Raul Cunha

Dr^a Fernanda Figueira

Dr^a Olga Lima

Dr. Luís Antunes

I. Introdução

A disciplina de Organização e Desenvolvimento Curricular, abrangendo de certa forma, todo o sistema de ensino, proporciona um espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, sensibilizando os novos docentes para a necessidade de racionalizarem e sistematizarem cientificamente a sua actividade.

Sem preterir a vertente pragmática, implícita no âmbito da teoria curricular, quer a nível da organização, quer do seu desenvolvimento, pareceu-nos conveniente reforçar a componente teórica. Tal orientação coloca-nos em sintonia com a linha do pensamento educativo segundo a qual o professor deve aliar a investigação e a reflexão à sua prática docente.

O professor carece de uma sólida base teórica que lhe permita investigar num campo - o da educação - onde permanecem black boxes plurais, cujo interior pode e deve ser pesquisado.

Este rumo implica sólido investimento na formação dos professores no campo curricular habilitando-os como construtores críticos do currículo, revelando a natureza problemática, complexa e situacional das decisões e práticas educativas.

II. Objectivos

- Desenvolver atitudes de reflexão e de investigação científica.
- Reflectir sobre os actuais modelos de educação.
- Adquirir os conhecimentos da teoria e desenvolvimento do currículo.
- Analisar os diferentes modelos de ensino.
- Compreender a existência das várias orientações curriculares e sua incidência na prática educativa.
- Aplicar o processo de desenvolvimento curricular a situações concretas, nomeadamente à actual Reforma Curricular dos Ensinos Básico e Secundário.

III. Conteúdos Programáticos

A. AULAS TEÓRICAS

1. Análise sistémica da Educação.

- 1.1. Teoria Geral de Sistemas.
 - 1.1.1. Natureza e tipos de sistema.
 - 1.1.2. Paradigmas científicos
 - 1.1.3. Delimitações e características do Sistema Educativo.
- 1.2. Educação como sistema comunicacional.
 - 1.2.1. Teorias da comunicação.
 - 1.2.2. Modelos e componentes do sistema comunicacional.
 - 1.2.3. Modelos de comunicação educativa.
- 1.3. Educação como sistema tecnológico.
 - 1.3.1. Natureza da tecnologia educativa.
 - 1.3.2. Tecnologia como metodologia.
 - 1.3.3. Modelos didáticos.

2. Problemática conceptual do currículo.

- 2.1. Teoria do currículo.
 - 2.1.1. Natureza e fontes do currículo.
 - 2.1.2. Teorias curriculares.
 - 2.1.3. Metateorias curriculares.
 - 2.1.3.1. Problemática teoria/prática curricular.
 - 2.1.3.2. Problemática Educação/Sociedade.
 - 2.1.4. Códigos e tipos de currículo.
 - 2.1.5. Modelos de organização curricular.
- 2.2. Desenvolvimento curricular.
 - 2.2.1. Planificação curricular.
 - 2.2.1.1. Pressupostos e natureza.
 - 2.2.1.2. Níveis de decisão: política, institucional e docente.
 - 2.2.1.3. Projecto Educativo/ Projecto Curricular.
 - 2.2.1.4. Modelos de planificação de ensino.
 - 2.2.2. Componentes.
 - 2.2.2.1. Objectivos
 - 2.2.2.1.1. Natureza e definição.
 - 2.2.2.1.2. Fontes e critérios de selecção.
 - 2.2.2.1.3. Operacionalização.
 - 2.2.2.2. Conteúdos
 - 2.2.2.2.1. Natureza epistemológica e vital.
 - 2.2.2.2.2. Critérios de selecção, estruturação e sequência.
 - 2.2.2.3. Estratégias
 - 2.2.2.3.1. Significado no desenvolvimento curricular.
 - 2.2.2.3.2. Natureza e âmbito.
 - 2.2.2.3.3. Critérios de selecção, estruturação e sequência.

- 2.2.2.4. Avaliação.
 - 2.2.2.4.1. Natureza e funções.
 - 2.2.2.4.2. Modelos de avaliação.
 - 2.2.2.4.3. Tipos de avaliação.
 - 2.2.2.4.4. Instrumentos.

3. Desenvolvimento curricular e formação de professores

B. AULAS PRÁTICAS

1. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

- 1.1. Conceitos subjacentes à lei de:
 - 1.1.1. Educação.
 - 1.1.2. Cidadão.
 - 1.1.3. Sociedade.
- 1.2. Finalidades da lei e sua hierarquização.
 - 1.2.1. No conjunto da lei.
 - 1.2.2. Diferenciada segundo os níveis de ensino:
 - 1.2.2.1. Básico.
 - 1.2.2.2. Secundário.
- 1.3. Diferenças entre o Ensino Básico e o Ensino Secundário a nível da:
 - 1.3.1. Diversificação curricular.
 - 1.3.2. Educação compensatória e acompanhamento pedagógico dos alunos.
 - 1.3.3. Utilização dos tempos extra-aula.

2. Análise sistémica do processo educativo português

3. Reforma do Sistema Educativo Português

- 3.1. Contexto da Reforma: fontes e determinantes.
- 3.2. Conceito(s) e filosofia de educação subjacentes à Reforma.
- 3.3. Conceito(s) de sucesso educativo.
- 3.4. Organização curricular:
 - 3.4.1. Conceito de currículo e metateoria(s) emergente(s).
 - 3.4.2. Objectivos curriculares e finalidades da LBSE.
 - 3.4.3. Critérios orientadores da selecção e organização dos conteúdos.
 - 3.4.4. Modelo(s) de ensino emergente(s).
 - 3.4.5. Avaliação.

BIBLIOGRAFIA

APPLE, M. W. - Ideologia y Currículo, Madrid, Akal, 1986

BALLANTI, G. - Modelli di Apprendimento e schemi di insegnamento, Teramo, Lisciani e Giunti, 1989

CARDINET, J. - Pour apprécier le travail des élèves, 2ª ed., Paris, Éd. Universitaires, 1990

CLOUTIER, J. - A Era de Emerec ou a comunicação audio-scripto-visual na hora dos self-media, Lisboa, Instituto de Tecnologia Educativa, s/d.

COLL, C. - Psicologia y Curriculum, Barcelona, Leia, 1987

COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO - Proposta global de reforma. Relatório final, Lisboa, Ministério da Educação, 1988

FERNANDES, Graça et al. - Desenvolvimento curricular, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento - Ministério da Educação, 1992

FORQUIN, Jean-Claude - École et culture, Paris, Éd. Universitaires, 1989

D'HAINAUT, L. - Educação. Dos fins aos objectivos, Coimbra, Almedina, 1980

GIMENO SÁCRISTAN, J. - El curriculum: una reflexión sobre la práctica, Madrid, Ed. Morata, 1988

GIMENO SÁCRISTAN, J.; PÉREZ GOMEZ, A. - Comprender y transformar la enseñanza, Madrid, Ed. Morata, 1992

HILLS, J.J. - Teaching, learning and communication, Londres, Croom Helm, 1986

KELLY, A.V. - O currículo: teoria e prática. S. Paulo, Habra, 1980

KEMMIS, S. - El curriculum: más allá de la teoría de la reproducción, Madrid, Ed. Morata, 1988

LANDSHEERE, V.; LANDSHEERE, G. - Definir os objectivos da educação, Lisboa, Morais, 1977

LITTLEJOHN, S.W. - Fundamentos teóricos da comunicação humana, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982

MARAGLIANO, R.; VERTECCHI, B. - La programmazione didattica, Roma, Riuniti, 1986

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - Organização curricular e programas, Lisboa, Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, 1991

POCZTAR, J. - Analyse systémique de l'éducation: essai, Paris, E.S.F., 1989

RIBEIRO, A.C. - Desenvolvimento curricular, Lisboa, Texto Editora, 1990

RIBEIRO, L.C. - Avaliação da aprendizagem, 2ª ed., Lisboa, Texto Editora, 1990

ROSALES, C. - Avaliar é reflectir sobre o ensino, Porto, Ed. Asa, 1992

ROWTREE, D. - Educational technology in curriculum development, 2ª ed., Londres, Harper & Row, 1986

SÁENZ, O. (dir.) - Organización escolar, Madrid, Ed. Anaya, 1985

STENHOUSE, L. - An introduction to curriculum research and development, London, H.E.B., 1981

TENBRINK, T. - Evaluation: a practical guide for teachers, New York, Mc Graw-Hill, 1984

TYLER, R. - Princípios básicos de currículo e ensino, 10ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Globo, s/d.

UNESCO - O educador e a abordagem sistémica, Lisboa, Ed. Estampa, 1980

VÁRIOS - Del proyecto educativo a la programación de aula, Barcelona, Ed. Graó, 1992

ZABALZA, M. A. - Planificação e desenvolvimento curricular, Porto, Ed. Asa, 1992

NOTA. A bibliografia específica e documentação legal serão oportunamente fornecidas.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida
Dr^a Fernanda Martins
Dr^a Lurdes Fidalgo
Dr. Paulo Santos

1. Objectivos gerais

- Apresentar e justificar a integração da Psicologia na formação de professores.
- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.
- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem, mais concretamente ao papel mediador do professor.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
2. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.
3. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.
 - 3.1. Introdução à adolescência.
 - 3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.

- 3.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.
- 3.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.
 - 3.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.
 - 3.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
 - 3.2.3. Desenvolvimento interpessoal e moral.
 - 3.2.4. Desenvolvimento sócio-emocional.
 - 3.2.5. Desenvolvimento vocacional e identidade.
- 3.3. O normal e o patológico no desenvolvimento adolescente.
- 3.4. Desenvolvimento do jovem adulto.

III. Psicologia da Aprendizagem.

1. Definição e características da aprendizagem.
2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.
 - 2.1. Teorias Comportamentais.
 - 2.2. Teoria Humanistas.
 - 2.3. Teorias Cognitivas.
3. Programas de facilitação da aprendizagem.
 - 3.1. Programas de competência de estudo.
 - 3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

IV. Conclusão

1. A aprendizagem e o desenvolvimento do adolescente.
 - 1.1. A interpenetração necessária de ambos os aspectos.
 - 1.2. A prática pedagógica na rentabilização de ambos os aspectos e o papel mediador do professor nessa rentabilização.

Nota: Refira-se que estes conteúdos são repartidos pelas aulas teóricas e práticas, sendo distribuídos no início do ano lectivo o sumário detalhado de cada uma dessas aulas, assim como os textos que aprofundam tais assuntos (textos de apoio).

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

Docente: Dr. Aníbal Barreira

I. Objectivos

O programa de Metodologia do Ensino da História propõe-se:

- transmitir conceitos/noções fundamentais do ensino da disciplina
- equacionar formas de comunicação e de expressão, aptidões intelectuais e estratégias cognitivas, atitudes e valores afins
- destacar a função formativa e informativa da História

De modo a que, no final do curso, os alunos sejam capazes de:

- identificar noções básicas/conceitos fundamentais no ensino da História
- saber formular objectivos, seleccionar conteúdos, explorar estratégias, fazer planos, utilizar critérios de avaliação
- avaliar a importância do ensino da História no contexto do ensino básico (3º ciclo) e secundário

II. Conteúdos programáticos

I. Aulas teóricas

- 1.1. os objectivos da educação - o contributo da História nas suas vertentes formativa e informativa
- 1.2. a problemática da directividade, não/directividade no ensino da História
 - 1.2.1. a pedagogia por objectivos (alcance e valor das taxonomias)
 - 1.2.2. o trabalho de projecto
 - 1.2.3. a semi-directividade na sala de aula - a dialéctica do diálogo (confronto com a pedagogia tradicional)
- 1.3. as estratégias no ensino da História
 - 1.3.1. a importância do documento (escrito, iconográfico)
 - 1.3.2. a didáctica dos meios audio-visuais (técnicas de exploração)
 - 1.3.3. a História local e regional - a exploração do meio, as visitas de estudo
- 1.4. planificar em história-tipos, características, factores condicionantes do plano
- 1.5. avaliar e classificar na disciplina de história:

1.5.1. avaliação do processo e avaliação do produto (os momentos da avaliação)

1.5.2. a construção do teste - critérios de elaboração, tipos, factores determinantes

2. Aulas práticas

Aplicação, em duas unidades dos novos programas da disciplina de História, dos vectores fundamentais do domínio pedagógico-didáctico:

- 2.1. formulação de objectivos (regras a seguir, erros a evitar)
- 2.2. selecção de conteúdos
- 2.3. exploração de recursos (documentos escritos e iconográficos, quadros, organigramas, transparências, audio-visuais)
- 2.4. organização de visitas de estudo (a museus, arquivos, monumentos); feitura de guiões
- 2.5. elaboração de planos
- 2.6. redacção de testes (tipo, objectivo, ensaio) e feitura de tabelas de especificações

III. Bibliografia

- BRUNET, J.P. e PLESSIS, A. - Explications de textes historiques, Armand Colin, Paris, 1970
- BURZEA, C. - Hacia una didactica por objetivos, Moreta, Madrid, 1980
- CHAFFER, John e Taylor, Lawrence - A História e o Professor de História, Livros Horizonte, Lisboa, 1984
- CITRON, Suzanne - Ensinar a História hoje, Livros Horizonte, 1990
- CORTE, E. e outros - Les Fondements de l'Action Didactique, A. de Bock, Bruxelles, 1979
- GORING, Paul - Manual de Medições e avaliação do Rendimento escolar, Almedina, Coimbra, 1981
- LANDSHEERE, Gilbert e Vivianne - Definir os objectivos da educação, Moraes Editores, Lisboa, 1976, 1ª ed.
- LUC, Jean-Noel - L'Histoire par l'étude du milieu, les éditions ESF, 1984
- NOT, Luís - Ensinar e Fazer Aprender, Edições Asa, 1991
- PARRA, Nélío e Ivone - Técnicas audio-visuais de educação, Biblioteca Pioneira, S. Paulo, 1985
- PEIRADO, F. - Comentário de textos históricos, Dilagro, Lerida, 1987
- PROENÇA, Maria Cândida - Ensinar/Aprender História, Livros Horizonte, 1990

RIBEIRO, António e Lucie Carrilho - Planificação e avaliação do Ensino-Aprendizagem, Universidade Aberta, 1989

RIBEIRO, Lucie Carrilho - Avaliação da Aprendizagem, Texto Editora, Lisboa, 1990

TENBRINK, Terry - Evaluation Guia Practica para professores, Narcea, Madrid, 1988

ZABALZA, Miguel - Planificação e desenvolvimento curricular na escola, Edições Asa, 1992

METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA

Docente: Dr^a Maria Florinda Albergaria

Dr^a Maria Isabel Aguiar

Finalidades

No pressuposto de que saber e saber ensinar não são coincidentes e de que o uso pedagógico de um não saber não decorre espontaneamente da posse desse saber mas exige, a par de uma fundamentação teórica do acto de ensinar, aquisição de técnicas e processos metodológicos especializados, as finalidades que este programa se propõe atingir são:

- favorecer uma reflexão crítica sobre o acto pedagógico, na perspectiva da filosofia;
- propiciar a integração da informação científica pré-existente no quadro das exigências do ensino da Filosofia;
- estimular a aquisição das competências didácticas requeridas pelo ensino da Filosofia;
- suscitar a emergência de atitudes e competências no sentido da auto-formação futura.

Objectivos

Pretende-se que, no final do curso, o aluno seja capaz de:

- compreender o sentido e a importância do acto pedagógico;
- analisar criticamente o lugar e o papel do ensino da Filosofia no contexto curricular;
- consciencializar as potencialidades interdisciplinares da Filosofia;
- analisar a estrutura, finalidades e conteúdos dos programas, quaisquer que sejam;
- mobilizar os conhecimentos científicos de que dispõe, no quadro das exigências programáticas;
- explicitar as metodologias de ensino mais adequadas à aprendizagem da Filosofia;
- analisar as estratégias e as técnicas utilizáveis no ensino da Filosofia;
- reconhecer a importância da avaliação para o ajustamento da prática pedagógica.

Conteúdos

1. Sentido do ensino escolar da Filosofia

- 1.1. Lugar da Filosofia no curriculum - o problema.
- 1.2. A questão da ensinabilidade da Filosofia.
- 1.3. Substaneividade e transversalidade da aprendizagem filosófica.

2. Programa e planos

- 2.1. Programa institucional e operacionalização programática.
- 2.2. As entradas no curriculum - objectivos, conteúdos e estratégias.

3. As grandes linhas de orientação metodológica

- 3.1. A magistralidade e os seus pressupostos.
- 3.2. A centração no aluno: informação, formação e inovação.
- 3.3. As novas tecnologias do ensino e a sua aplicabilidade em Filosofia.

4. Instrumentos de efectivação didáctica

- 4.1. A lição e os circuitos comunicativos.
- 4.2. O trabalho sobre textos - compreensão, análise e comentário. A elaboração do texto pessoal - a composição.
- 4.3. A actividade de investigação: o trabalho autónomo; a revista de Filosofia; outras. Trabalho individual e em grupo.

5. Recursos didácticos em Filosofia: a experiência pessoal do aluno; o meio, a imagem, os media

6. Especificidade da avaliação em Filosofia

7. A profissionalidade docente

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Beatriz R. - Filosofia, Pedagogia e Didáctica I e II, Coimbra, Ed. do Autor, 1984 e 1988
- CAMPOMANES, César Tejedor - Didáctica de la Filosofía. Perspectivas y Materiales. Ed. S.M., Madrid, 1984
- CORTESÃO, Luísa - Avaliação Pedagógica II, Porto, Porto Editora, s/d.
- DUARTE, Manuel D. - Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário. O Exemplo da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte 1982
- ENTONADO, Florentino B. e outros - Didáctica General, Madrid, Anaya, 1983

- FEY, Eduardo - O ensino da Filosofia, Separata "Broiéria", vol. 107, 1978
- GILOT, Fernando - Do Ensino da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, 1976
- IZUZQUIZA, Ignacio - La Clase de Filosofía como Simulación de la Actividad Filosófica, Madrid, Anaya, 1982
- NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios Básicos de Prática Pedagógico-Didáctica, Porto, Porto Editora, 1987
- POSTIC, Marcel - A Relação Pedagógica, Coimbra, Coimbra Editora, 1984
- SANTIUSTE, Victor; VELASCO, Francisco G. de - Didáctica de la Filosofía, Madrid, Narcea 1984
- SANTOS, Delfim - Da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- VÁRIOS - États Généraux de la Philosophie, Paris, Flammarion, 1979
- "- GREPH - Qui a peur de la Philosophie?, Paris, Flammarion, 1977

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Docente: Dr^a Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho

1. Finalidades

A preparação dos professores de Geografia implica necessariamente a aquisição de princípios de ordem metodológica que, pela sua importância e actualidade, constituem os fundamentos e as bases de toda a formação pedagógica.

Como a Geografia não constitui uma área isolada do saber, a referida preparação terá que incidir não só nos seus princípios metodológicos específicos, mas também em princípios comuns a outras disciplinas, indispensáveis a um bom entendimento e a um eficaz desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se assim a existência de uma diversidade de situações a contemplar num programa de Metodologia da Geografia, cuja finalidade última consiste em procurar que aqueles a quem se destina consigam estabelecer uma articulação coerente entre as Ciências da Educação, Geografia e a prática pedagógica.

2. Esquema conceptual

O professor de Geografia deve possuir um conjunto de conhecimentos de natureza pedagógica que, ao serem postos em prática, possibilitem o desenvolvimento de actividades conducentes à formação dos educandos.

3. Objectivos

Saber-ser:

- Potenciar a abertura à inovação.
- Desenvolver mecanismos de abertura na relação pedagógica.
- Reflectir sobre a actividade profissional do professor de Geografia.
- Reflectir sobre o valor formativo da Geografia.
- Desenvolver o saber, o saber-fazer e o saber-ser adquiridos numa perspectiva de autoformação permanente, enquanto professor de Geografia.

Saber-fazer:

- Analisar o estatuto da Geografia enquanto disciplina curricular.
- Analisar o contributo da Geografia para a Educação Ambiental.
- Integrar os conteúdos geográficos no todo dos programas, valorizando os aspectos interdisciplinares e transdisciplinares.

- Planificar, tendo em conta os programas de Geografia.
- * Definir objectivos associados aos diversos saberes geográficos.
- * Seleccionar uma trama conceptual coerente.
- * Diferenciar os métodos e as técnicas utilizados na educação geográfica.
- * Conceber meios didácticos enquadrados na linha metodológica.
- * Comparar estratégias diversificadas no ensino-aprendizagem da Geografia.
- * Aplicar técnicas de expressão e comunicação utilizadas em Geografia.
- * Analisar formas de observação dos alunos em situação escolar.
- * Elaborar provas para avaliação do processo e do produto da educação geográfica.
- * Interpretar os resultados obtidos nesse tipo de provas.
- Analisar a problemática do trabalho de campo, enquanto actividade interdisciplinar privilegiada e elemento de desenvolvimento dos saberes geográficos.

Saber:

- Conhecer os fundamentos de natureza sociológica e psicológica que servem de apoio a uma Pedagogia geográfica.
- Dominar os conhecimentos relativos aos conteúdos geográficos inerentes aos planos de estudo.

4. Estrutura Temática

Introdução: Ser professor de Geografia.

I Parte: Valor educativo da Geografia:

- Dimensões da educação geográfica.
- Fundamentos de uma Pedagogia geográfica.
- Educação geográfica e educação ambiental.

II Parte: Organização do ensino da Geografia:

- Programas; articulação; interdisciplinaridade.
- Planificação em Geografia:
- * Objectivos e conteúdos:
- * Métodos, técnicas e meios didácticos.
- * Avaliação: observação e avaliação; tipos de avaliação; elaboração de instrumentos de avaliação; interpretação dos resultados.
- Trabalho de campo: especificidade da preparação e implementação

5. Formas de actuação

Serão analisados os temas constituintes do programa, utilizando-se estratégias variadas que possam dar aos alunos uma visão ampla das diversas formas de actuação de um professor na sala de aula.

6. Avaliação

Proceder-se-á conforme as normas gerais de avaliação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ALEXANDRE, F. e DIOGO, J. - Didáctica da Geografia, Lisboa, Texto Editora, 1990
- ANDRÉ, Yves et alii - Réresenter l'Espace, L'imaginaire spacial à l'école, Paris, Anthropos, 1989
- BAIGORRI, J. et alii - Enseñar la ciudad. Didáctica de la Geografía Urbana, Madrid, Ediciones de la Torre, 1987
- BAILEY, P. - Didáctica de la Geografía, Madrid, Editorial Cincel, 1985
- BOIRA, J. et alii - Espacio subjetivo y Geografía, Valencia, Nau Libres, 1994
- CAVACO, M.H. - A educação ambiental para o desenvolvimento, Col. Cadernos de Inovação Educacional, Lisboa, Escolar Editora, 1992
- COLL, C. et alii - Los contenidos en la Reforma, Madrid, Santillana, 1992
- DEBESSE-ARVISET, M. L. - A educação geográfica na escola, Coimbra, Livraria Almedina, 1978
- FERNANDEZ, S.A. - Didáctica de las Ciencias Humanas - Geografía, Alcoy, Editorial Marfil, 1982
- GIOLITTO, P. - Enseigner la Géographie à l'école, Paris, Hachette, 1992
- GRAVES, Norman - La enseñanza de la Geografía, Madrid, Visor Libros, 1985
- GRAVES, N. (coord.) - Nuevo método para la enseñanza de la Geografía, Barcelona, Editorial Teide, 1989
- MERENNE-SCHOUMAKER, B. - Didactique de la Géographie, col. Géog. d'Aujourd'hui, Paris, Nathan, 1994
- POMBO, O. et alii - A interdisciplinaridade - Reflexão e experiência, Lisboa, Texto Editora, 1993
- RAMALHO, M.H. - Educação atitudinal no âmbito da educação geográfica: teoria e prática em decisões docentes, Edição da Associação de Professores de Geografia, 1995

SUREDA, J. e COLOM, A. - Pedagogia ambiental, Barcelona, Ediciones CEAC, 1989

VALLS, Enne - Los procedimientos: aprendizaje, enseñanza y evaluación, Barcelona, ICE/Ed. Horsori, 1993

VERCHER, M.R. - Educación ambiental: diseño curricular, Serie Educación y Futuro, Madrid, Ed. Cincel, 1990

METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Docentes: Dr^a Aida Santos
Dr^a Olívia Figueiredo

A. Objectivos.

Dada a complexidade do ensino/aprendizagem da língua materna, na sua dupla vertente - ensino da língua/ ensino da literatura -, e considerando o papel predominante da língua materna no ensino em geral, impõe-se uma relação muito estreita entre a teorização de certas problemáticas e a prática pedagógica enquanto objecto fundamental da disciplina em questão.

A presente proposta de programa, destinando-se a futuros professores de Português do ensino secundário (7^o-12^o Anos de Escolaridade), tem como objectivos:

I. Gerais

1. Compreensão do valor formativo - cognitivo e sócio-afectivo do ensino da língua materna.
2. Compreensão da relação da língua materna com o ensino /aprendizagem das outras áreas disciplinares curriculares.
3. Preparação para a actividade docente, através do equacionamento das variáveis complexas do acto pedagógico.

II. Específico.

Preparação para a planificação, execução e avaliação de aulas de Português, com vista a uma gestão competente dos programas nos vários níveis/anos de escolaridade.

B. Conteúdos programáticos.

I. Situação actual do ensino do Português.

1. Problematização dos objectivos do ensino da língua materna.
2. Análise dos programas oficiais.
3. Apreciação crítica de manuais disponíveis.

II. Problemas teórico-metodológicos

1. Curso Unificado.

Domínios: ouvir/falar, ler, escrever, funcionamento da língua.

- 1.1. A problemática da leitura: texto não literário/texto literário.
- 1.2. Pedagogia da oral
- 1.3. Pedagogia da escrita.
- 1.4. Instrumentos de análise: gramática de frase/gramática de texto.
2. Ensino Secundário.
 - 2.1. Relação ensino da língua/ensino da literatura.
 - 2.2. Relação teoria/metodologias.
 - 2.3. Didáctica da literatura: géneros literários; periodização.

III. Prática pedagógica.

Planificação de unidades didácticas nos vários níveis do ensino básico e secundário.

IV. Avaliação.

A problemática da avaliação na aula de língua materna.

BIBLIOGRAFIA

- AZNAR, E. et al. - Coherencia textual y lectura, Barcelona, I.C.E., 1991
- BRONCKART, J.P. - Le Fonctionnement des discours, Paris, Delachaux & Niestlé, 1985
- CHARMEUX, E. - L'écriture à l'école, Paris, CEDIC, 1983
- "- La lecture à l'école, Paris, CEDIC, 1975
- CHISS, J.L. et al. - Apprendre/Enseigner à produire des textes écrits, Bruxelles, De Boeck, 1987
- COHEN, I. - Vers une nouvelle pédagogie de la lecture, Paris, Armand Colin, 1983
- DENHIÈRE, G. - Il était une fois, Lille, Presses Universitaires, 1984
- FONSECA, Joaquim - Linguística e texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação, Lisboa, ICALP, 1992
- "- Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português, Porto, Porto Editora, 1993
- FONSECA, Fernanda Irene - Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português, Porto, Porto Editora, 1994
- "- Pedagogia da Escrita - Perspectivas, Porto, Porto Editora, 1994
- FERNANDEZ, A. et alii - Didáctica del lenguaje, Barcelona, Ceac, 1982
- GOLDENSTEIN, J.-P. - Entrées en littérature, Paris, Hachette, 1990
- PETITJEAN, A. - Pratiques d'écriture, Paris, CEDIC, 1982

"- De la Lecture à l'Écriture. Paris, CEDIC, 1984
PORQUIER, R.; BESSE, H. - Grammaires et didactiques des langues,
Paris, LAL, 1984
VIGNER, G. - Écrire, Paris, CLE International, 1982
" - Lire, Paris, CLE International, 1979

Nota: Ao longo do curso serão fornecidas indicações complementares de livros e revistas.

METODOLOGIA DO ENSINO DO FRANCÊS

Docente: Dr^a Ana Maria Ferreira

1. Metodologia do Ensino do Francês/Didáctica do Francês: que definição?

O que caracteriza a Didáctica, em geral, é a natureza complexa das relações que estabelecem, no seu campo, os elementos necessários à sua legitimação, importados, estes de um conjunto de domínios de saber, no qual a hegemonia pertence, naturalmente, à disciplina de que ela assegura a pedagogização.

Assim sendo, a Didáctica das Línguas recorre fundamentalmente à Linguística e às Teorias da Comunicação, enquanto disciplinas fundadoras da sua legitimidade. Cruzam-se com elas, as disciplinas desempenham um papel instrumental na pedagogização de qualquer domínio de saber: a Psicologia e a Sociologia - as quais, combinadas com a Linguística, constituem respectivamente a Psicolinguística e a Sociolinguística -, a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, etc.

A rede de relações estende-se, depois, pelo recurso às disciplinas que intervêm no ensino do texto: a Literatura, a Semiótica, a Linguística Textual, a Filosofia.

Este leque já tão diversificado de "apports" enriquece-se com os conceitos e noções que sustentam o ensino da(s) Cultura(s) e da Civilização: a História, a Geografia, a História da Arte, a Economia, etc.

O discurso da Didáctica das Línguas surge, assim, como um discurso transversal a esses domínios de saber e é a comunidade de interesses com todos eles que dá unidade ao seu campo e lhe demarca as fronteiras.

2. Objectivos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

2.1. Colaborar na formação da consciência deontológica que há-de orientar as futuras vidas profissionais dos formandos.

2.2. Formar, no futuro professor, a consciência do valor formativo do ensino/aprendizagem do Francês, Língua estrangeira, na dupla vertente instrumental e cultural.

2.3. Despertar, no formando, a apetência pela autoformação (inicial e contínua), através da gestão e racionalização autónomas do estudo e pesquisa que deverão orientar a sua vida profissional futura.

2.4. Levar o formando a construir o quadro teórico- metodológico específico da Didáctica da Língua estrangeira, em articulação com as restantes áreas das Ciências da Educação que integram o seu plano de estudos do Ramo Educacional, em ordem à consciencialização do porquê das práticas pedagógicas peculiares ao ensino/aprendizagem do Francês.

3. Conteúdos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

3.1. A componente teórica da Didáctica: a Didactologia.

3.1.1. Enquadramento histórico, económico, sociopolítico e cultural dos diversos modelos pedagógicos do ensino/aprendizagem do Francês, numa perspectiva crítica que opere dentro dos seguintes parâmetros:

- Objectivos.
- Conteúdos.
- Estratégias/actividades.
- Problemática do acesso ao sentido em língua estrangeira.
- Relação pedagógica professor/aluno.

3.1.2. Tendências actuais da Didáctica do Francês: o eclectismo que tende a compatibilizar elementos teórico-práticos saídos dos diversos modelos pedagógicos: modelo tradicional, métodos estruturoglobais (M.A.V.), paradigma comunicacional, pedagogia do projecto.

3.1.3. A introdução da componente cultural e intercultural (perspectiva do Conselho da Europa) no ensino/aprendizagem do Francês

3.2. Áreas teórico-metodológicas.

3.2.1. A prática oral da comunicação, na dupla vertente: recepção e produção.

3.2.2. A leitura na sua relação com a produção escrita:

- Tipos de leitura.
- Tipologia de textos.
- Estratégias de leitura.

3.2.3. A gramática de frase e a gramática de texto.

3.2.4. A Pedagogia do erro.

3.2.5. O ensino/aprendizagem das línguas e das culturas.

4. A componente prática do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

4.1. Compreensão / produção de discursos.

4.1.1. Elaboração de análises de vários tipos de textos orais e escritos.

4.1.2. Aplicação, a textos considerados "documentos autenticos", dos princípios pedagógicos que se lhes adequam.

4.2. Materiais de ensino/aprendizagem.

4.2.1. Elaboração de fichas de leitura, de observação / avaliação de actividades de aula e outras.

4.1.3. Elaboração de exercícios comunicativos e/ou gramaticais.

4.1.4. Construção e exploração pedagógica de materiais audiovisuais.

5. Planificação de unidades didácticas para os vários níveis de ensino/aprendizagem do Francês.

5.1. Elaboração de análises críticas sobre os conteúdos programáticos.

5.2. Definição de objectivos.

5.3. Selecção de itens linguísticos de acordo com os objectivos definidos.

5.4. Selecção de actividades de acordo com as necessidades dos alunos, os objectivos definidos e a personalidade do professor, tendo em vista o desenvolvimento das quatro capacidades de base (ouvir, falar, ler, escrever).

5.5. Selecção de meios auxiliares adequados às actividades escolhidas.

5.6. Encadeamento lógico dentro da lição, dentro da unidade, entre várias unidades.

6. Execução.

6.1. Gestão correcta do tempo, do espaço, do equipamento e dos materiais.

6.2. Desenvolvimento de atitudes sociais com a cooperação e a interajuda.

6.3. Desenvolvimento de capacidades de observação.

6.4. Desenvolvimento de capacidades de reacção a situações imprevistas.

7. Avaliação.

7.1. Objectivos e princípios gerais.

7.2. Avaliação de actividades de compreensão e de produção orais.

7.3. Avaliação através de testes escritos.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUTIER, E. et al. - Lignes de force du renouveau actuel en didactique des langues étrangères, Col. DLE, Paris, Clé International, 1986

2. BESSE, H.; GALISSON, R. - Polémique en didactique: du renouveau en question, Col. DLE, Paris, Clé International, 1980

3. DULAY; BURTRAND; KRASHEN - Language Two, New York, Oxford University Press, 1981

4. GLASSON, R. et al. - D'autres voies pour la didactique des langues étrangères, Col. LAL, Paris, Crédit-Hetier, 1982

5. HYMES, D.H. - Vers la compétence de communication, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1984

6. MOIRAND, S. - Enseigner à communiquer en langue étrangère, Paris, Hachette, 1982

7. PORQUIER, R. - Aspects psychologiques de l'apprentissage des langues, Texte d'une conférence organisée en Janvier 1982, à l'université de Compiègne

8. RICHTERICH, R. - Communication orale et apprentissage des langues, Col. F, Paris, Hachette, 1975

9. ROULET, E. - Langue maternelle et langues secondes - Vers une pédagogie intégrée, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1980

10. VERDELHAN, M. - Renouvellement des concepts en didactiques et formation des enseignants de français langue étrangère, "Langue Française", n° 55, Sept. 1092

NOTA: Serão fornecidas indicações bibliográficas específicas ao longo do curso.

METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS

Docentes: Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre

Dr^a Maria João Alvelos

Dr^a Margarida Vilela

Dr^a Maria Paula Correia

Dr. Fernando Pinto

Pressupostos

O presente programa parte do princípio de que as restantes disciplinas curriculares científicas já forneceram aos estudantes conhecimentos sobre e domínio da língua inglesa que os capacitem para as implicações deste programa; e que as disciplinas que fazem parte da via educacional contribuem, conjuntamente, para proporcionar aos estudantes formação suficiente em matérias da pedagogia geral e das ciências da educação.

Objectivos

Em consequência dos pressupostos apontados, os objectivos desta disciplina colocam-se, rigorosamente, dentro das fronteiras que lhe são específicas e são os seguintes:

- a) Informar os estudantes sobre o percurso seguido pelo ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo dos tempos;
- b) Analisar as abordagens e métodos mais recentes numa perspectiva crítica conscientemente construtiva;
- c) Despertar nos estudantes o gosto e a necessidade de uma permanente actualização;
- d) Pôr os estudantes em contacto com a literatura essencial para a abordagem dos temas do programa;
- e) Desenvolver nos estudantes a capacidade de conceberem materiais de trabalho, tais como planos de lição, testes, exames e outras formas de avaliação de conhecimentos;
- f) Familiarizar os estudantes com a teoria e com os meios práticos da avaliação de conhecimentos;
- g) Desenvolver nos futuros professores um esclarecido espírito de independência no sentido de adoptarem as atitudes pedagógico-didácticas mais consentâneas com a sua maneira de ser, com a natureza dos seus alunos e com as condições de trabalho que lhes sejam proporcionadas;

h) Apelar aos estudantes no sentido de preservarem uma rigorosa deontologia profissional;

i) Analisar com os estudantes os programas de inglês em vigor nas escolas do ensino secundário, familiarizando-os com os respectivos conteúdos.

Programa

0. O que é a metodologia do ensino (ou didáctica) das línguas vivas estrangeiras:

0.1 Definição;

0.2 Terminologia específica introdutória.

1. História breve dos processos de aprendizagem/ensino das línguas estrangeiras:

1.1 A aprendizagem natural na transmissão das línguas de geração em geração;

1.2 O início do ensino deliberado das línguas estrangeiras:

1.2.1 O ensino do grego aos jovens da aristocracia romana;

1.2.2 A divulgação do latim nas províncias do Império Romano.

1.3 O ensino do latim nas escolas:

1.3.1 Durante a Idade Média;

1.3.2 No Renascimento;

1.3.3 O fim do latim como língua viva.

1.4 A consagração do método da gramática e tradução no século XVIII como corolário de uma longa tradição.

1.5 O século XIX: a continuidade e o começo da mudança:

1.5.1 O reforço do gramaticismo teórico e da análise gramatical;

1.5.2 O desenvolvimento da fonética e da psicologia;

1.5.3 As tentativas inovadoras dos finais do século: o Método Natural, o Método Psicológico (ou das Séries), o Método Fonético, o Método da Reforma.

1.6 O século XX:

1.6.1 O(s) Método(s) Directo(s).

1.6.2 O audiolingualismo behaviorista;

1.6.3 O código cognitivo;

1.6.4 O movimento comunicativo;

1.6.5 Os métodos humanísticos;

1.6.6 O inglês para fins específicos (ESP);

1.6.7 O movimento para a consciencialização ('language awareness' e as suas implicações metodológicas).

1.6.8 A aprendizagem autónoma: meios e processos.

1.7 Os estudos ingleses em Portugal: história e situação actual.

2. Disciplinas subsidiárias da didáctica das línguas vivas estrangeiras:

2.1 A linguística geral;

2.2 A linguística aplicada:

2.2.1 A análise contrastiva;

2.2.2 A análise de erros;

3. A língua materna:

3.1 A transferência da língua materna: -T e +T;

3.2 O papel da tradução: tradução como objectivo, tradução como meio.

A retroversão;

4. A gramática:

4.1 Aprendizagem indutiva da gramática;

4.2 A explicitação gramatical (consciencialização da aprendizagem);

5. A cultura e a civilização de L2.

6. Componentes práticas do curso:

6.1 O ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira:

6.1.1 A comunicação: sua caracterização;

6.1.2 O desenvolvimento da competência linguística e comunicativa;

6.1.3 Fases de ensino/aprendizagem;

6.1.4 Tipologia de exercícios;

6.1.5 Os capacidades ('skills') receptivas e os capacidades produtivas.

6.2 Análise dos programas de inglês para o ensino secundário.

6.3 Análise de manuais e outros materiais de ensino.

6.4 Planificação do ensino/aprendizagem:

6.4.1 Planificação a curto, médio e longo prazos;

6.4.2 Definição de objectivos, selecção de conteúdos, estratégias e actividades, desenvolvimento de materiais auxiliares;

6.4.3 Elaboração de planos de aula e de unidade para níveis diferenciados.

7. A avaliação de conhecimentos:

7.1 Princípios e objectivos;

7.2 Avaliação 'tradicional';

7.3 Avaliação 'objectiva'.

Bibliografia

Nota - A inclusão dos títulos seguintes (considerados essenciais) não significa obrigatoriedade de leitura integral de todas as obras. Pontualmente, à medida que o programa for cumprido, serão dadas indicações sobre as partes de leitura obrigatória.

BARTRAM, Mark & WALTON, Richard 1991. Correction. Mistake Management. A positive approach for language teachers. Hove: Language Teaching Publications.

BRUMFIT, Christopher 1980. Problems and Principles in English Teaching. Oxford: Pergamon.

CANDLIN, Christopher 1983. The Communicative Teaching of English. Longman.

CORDER, S.Pit 1982. Error Analysis and Interlanguage. O.U.P.

DOFF, Adrian 1989. Teach English. A training course for teachers (Trainer's Handbook + Teacher's Workbook), C.U.P.

HARMER, Jeremy 1993 (new edition). The Practice of English Language Teaching. Longman.

HOWATT, A.P.R. 1984. A History of English Language Teaching. O.U.P.

JAMES, Carl 1972. "Foreign language learning by dialect expansion", in NICKEL, Gerhard (ed.) Papers from the international Symposium on Applied Linguistics. Bielefeld: Cornelsen-Velhagen & Klasing: 1-11.

JAMES, Carl 1981. "The transfer of communicative competence", in FI-SIAK, J.(ed.) Contrastive Linguistics and the Language Teacher. Oxford: Pergamon.

JAMES, Carl 1980. Contrastive Analysis. Longman.

JAMES, Carl & GARRETT, Peter 1991. Language Awareness in the Classroom. London/N. York: Longman.

JOHNSON, Keith & MORROW, Keith (eds.) 1981. Communication in the Classroom. Longman.

LEWIS, Michael & HILL, Jimmie 1985. Practical Techniques for Language Teaching. Hove: Language Teaching Publications.

McLAUGHLIN, Barry 1988. Theories of Second-Language Learning. Edward Arnold.

ODLIN, Terence 1989. Language Transfer. Cross-linguistic influence in language learning, C.U.P.

O'MALLEY, J. Michael & CHAMOT, Anne Uhl 1990. Learning Strategies in Second Language Acquisition. C.U.P.

SELIGER, Herbert W. & LONG, Michael H. (eds.) 1983. Classroom oriented Research in Second Language Acquisition. New York: Newbury House Publishers.

STERN, H.H. 1984. Fundamental Concepts of Language Teaching. O.U.P.

WIDDOWSON, Henry 1978. Teaching Language as Communication. O.U.P.

WILKINS, David 1976. Notional Syllabuses. O.U.P.

METODOLOGIA DO ENSINO DO ALEMÃO

Docente: Dr^a Maria Emília Domingues

I. OBJECTIVO TERMINAL

Aquisição de conhecimentos de carácter teórico-prático que permitam ao futuro professor de Alemão o desenvolvimento de uma prática lectiva correcta.

OBJECTIVOS INTERMÉDIOS

- Reconhecer o papel da Didáctica Específica no conjunto curricular das Ciências da Educação.
- Reconhecer o contributo da disciplina de Alemão para a formação integral do aluno.
- Analisar os problemas do ensino do alemão em Portugal.
- Analisar os conteúdos programáticos do Alemão no ensino secundário.
- Perspectivar criticamente as diversas abordagens e métodos do ensino das línguas estrangeiras.
- Planificar correctamente as actividades pedagógicas.
- Seleccionar conteúdos, materiais e estratégias adequadas à consecução do referido no ponto anterior.
- Desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem para o ensino do Alemão.
- Conhecer processos de avaliação pedagógica.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva de auto-avaliação e de formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de um estilo próprio.

II. ITENS PROGRAMÁTICOS

I. O ensino das línguas estrangeiras.

1.1. O objecto e a função da Didáctica Específica.

1.2. Métodos e técnicas de ensino.

1.3. O contributo das Ciências da Linguagem.

1.4. As Teorias da Aprendizagem de L2.

2. Perspectivação histórica das abordagens e dos métodos no ensino das línguas estrangeiras.

3. Análise dos objectivos e dos conteúdos programáticos da disciplina de Alemão no Ensino Secundário.

4. Análise de manuais e de outros materiais auxiliares de ensino.

5. Planificação do Ensino-Aprendizagem.

5.1. Princípios orientadores.

5.2. Planificação anual, periodal, de unidade e de aula.

5.2.1. Definição de objectivos.

5.2.2. Selecção de itens linguísticos e sócio-culturais.

5.2.3. Selecção da tipologia dos exercícios.

5.2.4. Selecção de estratégias/actividades.

5.2.5. Selecção de materiais auxiliares.

6. Desenvolvimento da competência linguística e comunicativa.

6.1. Estratégias de interacção.

6.2. Identificação de necessidades de comunicação, intenções e papéis.

6.3. O desenvolvimento integrado das quatro capacidades linguísticas de

base.

6.3.1. Capacidades de compreensão (ouvir e ler).

6.3.2. Capacidades de expressão (falar e escrever).

6.4. Os materiais auxiliares de ensino e a sua utilização didáctica.

6.5. Os materiais autênticos.

6.6. A progressão na aprendizagem. A tipologia de exercícios.

6.7. Os aspectos sócio- e interculturais.

6.8. O papel da gramática.

6.8.1. Análise de vários modelos.

6.8.2. A progressão gramatical.

7. O Trabalho-Projecto e a interdisciplinaridade. Os "Baukästen".

8. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

8.1. Avaliação e testagem - princípios orientadores.

8.2. Funções da avaliação.

8.3. Tipos de avaliação.

8.4. Tipos de testes.

8.5. Elaboração de matrizes.

8.6. Elaboração de testes.

8.7. Correção de testes.

8.8. Recolha e tratamento de dados.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- BADEGGER, M. et alii - Kontaktschwelle Deutsch als Fremdsprache
Europarat. Berlin. Langenscheidt
- BOLTON, Sibylle - Probleme der Leistungsmessung, Berlin,
Langenscheidt, 1991
- DESSELMANN, G. und Hellmich, H. - Didaktik des
Fremdsprachenunterrichts (Deutsch als Fremdsprache), VEB Verlag Enzyklopädie
Leipzig, 1986
- DOYÉ, Peter - Typologie der Testaufgaben für den Unterricht Deutsch
als Fremdsprache, Berlin und München, Langenscheidt, 1988
- EDELHOFF, C. - Authentische Texte im Deutschunterricht, München,
Hueber, 1987
- GREWER, KRUGER, NEUNER - Übungsformen und Sequenzen im
kommunikativen Deutschunterricht, Berlin, Langenscheidt, 1981
- HAROLD, S. MADSEN - Techniques in Testing, Oxford University
Press, 1983
- HENRICI, Gert - Studienbuch: Grundlagen für den Unterricht im Fach
Deutsch als Fremd- und Zweitsprache (und anderer Fremdsprachen). Paderborn,
Ferdinand Schöningh, 1986
- HEYD, Gertraude - Deutsch lehren - Grunwissen für den Unterricht in
Deutsch als Fremdsprache, Frankfurt am Main, Diesterweg, 1990
- KAST, B. und NEUNER, G. - Zur Analyse, Begutachtung und
Entwicklung von Lehrwerken, Berlin und München, Langenscheidt, 1994
- LOHFERT, W. - Kommunikative Spiele für Deutsch als Fremdsprache,
München, Hueber, 1986
- MÜLLER, BERND- DIETRICH - Wortschatzarbeit und
Bedeutungsvermittlung, Berlin, Langenscheidt, 1994
- NEUNER, G.; EDELHOFF, C. e outros - Didáctica das Línguas
estrangeiras, Lisboa, Apáginastantas, 1985
- "- Übungstypologie zum kommunikativen Deutschunterricht,
Berlin und Munchen Langenscheidt, 1981
- NEUNER, G. und HUNFELD, H. - Methoden des fremdsprachlichen
Deutschunterrichts - Eine Einführung, Berlin, Langenscheidt, 1993
- PIEPHO, H. E. - Deutsch als Fremdsprache in Unterrichtsskizzen
Heidelberg, Quelle und Meyer, 1980
- SOLMECKE, Gert - Texte hören, lesen und verstehen, Berlin und
München, Langenscheidt, 1993
- WEIGMANN, Jürgen - Unterrichtsmodelle für Deutsch als Fremdsprache,
Ismaning, Hueber, 1992

ÍNDICE

Introdução às Ciências da Educação	1
Organização e Desenvolvimento Curricular	3
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	8
Metodologia do Ensino da História	10
Metodologia do Ensino da Filosofia	13
Metodologia do Ensino da Geografia	16
Metodologia do Ensino do Português	20
Metodologia do Ensino do Francês	23
Metodologia do Ensino do Inglês	27
Metodologia do Ensino do Alemão	32